

A água e a gestão metropolitana em Vancouver: eficácia e equidade

Laura Machado de Mello Bueno

Resumo: O artigo apresenta uma caracterização do sistema de gestão metropolitana de Vancouver, província de British Columbia, na costa oeste do Canadá, enfocando, entre outros aspectos, como têm sido tratados os conflitos entre a dinâmica urbana e a proteção das áreas de mananciais de água para abastecimento. São apresentadas informações coletadas em pesquisa realizada na região, em julho de 2002, quando foram entrevistados diversos dirigentes, técnicos e pesquisadores e promovidas visitas de campo. Destacam-se aspectos — tanto operacionais quanto de natureza da organização política e administrativa e das estratégias adotadas — para comparação com a situação de gestão de mananciais em áreas metropolitanas no Brasil, particularmente na recém-criada Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo.

Abstract: This article presents a characterization of management and governance metropolitan system of the Greater Vancouver, in British Columbia, Western coast of Canada. We focus, among other issues, on how conflicts between urban growth and protection of strategic watersheds for drinking water have been focused. The upon information presented was collected during a research undertaken in July, 2002, when several managers, technicians and researchers were interviewed. Some aspects related to technical operation, political strategies and management are underlined, by comparison with the Brazilian watershed management in metropolitan areas, such as the recently institutionalized Metropolitan region of Campinas, in São Paulo State.

1. Introdução

Este artigo é parte dos resultados de uma visita¹ a Vancouver para conhecer a gestão urbana ambiental, particularmente nos arredores da área conurbada, em que algumas sub-bacias formam a área de mananciais para abastecimento público.

A pesquisa desenvolveu-se sobre as condições de sustentabilidade de áreas de interesse para conservação de mananciais no Canadá, particularmente na região metropolitana de Vancouver, para compará-la à de Campinas, recém-criada metrópole no Sudeste do Brasil. Ao estudar a experiência canadense, em paralelo a condições estruturais tão díspares, procurou-se aprofundar o conhecimento da sociedade canadense. Isso se tomou necessário pela percepção, após a visita, de que as condições de cidadania no Canadá, não só a cidadania da vida material², faziam a diferença no ambiente urbano e regional.

Em 2000, a Grande Vancouver (GV) tinha 2,4 milhões de habitantes. Na GV, apenas 7,2 % dos moradores de 15 anos ou mais têm menos de 9 anos de estudo. Já na Região Metropolitana de Campinas (RMC), temos 7,4% de analfabetos e apenas 56% da população entre 4 e 6 anos está atendida por creches (públicas ou privadas). A GV teve um acréscimo de 48% entre 1971 e 1991 e de 14,3 % entre 1991 e 1996. A renda média anual da GV, em 2000, foi de 27.450 dólares canadenses, correspondentes a 60 mil reais, enquanto, no mesmo ano, na RMC, foi de 13.780 reais.

A maior distribuição da renda no Canadá é visível pela relativa equidade das condições de vida e, para os olhos do arquiteto e urbanista, é surpreendentemente enraizada na qualidade funcional, estética e, mais recentemente, na sustentabilidade dos espaços urbanos. Os espaços de uso coletivo se concretizam e são mantidos com a presença de técnicos e cidadãos que promovem uma gestão participativa e transparente.

Essas diferenças detectadas na gestão e na cultura de partícipa

¹ pesquisa foi realizada em 2002, com o apoio do Canadian Studies Faculty Research Award Program, a que agradeço, assim como à University British Columbia -UBC e ao Greater Vancouver Regional District - GVRD. Agradeço, também, o apoio de Érika de Castro, do CHSUBC, e de Ermínia Maricato, da FAUUSP, na programação das visitas.

² Bunting e Filion, desenvolvem uma análise diferenciando a sociedade canadense da típica norte-estadunidense em relação a renda, segregação racial e social, qualidade dos serviços sociais e públicos.

pação são resultado do objetivo de equidade das condições de vida ou, mais recentemente, da busca constante do aprimoramento para a sustentabilidade socioambiental. Neste artigo, organizamos alguns aspectos operacionais, de natureza da organização política e administrativa e as estratégias adotadas na gestão urbana e de mananciais na área metropolitana de Vancouver, que refletem essas opções, tomadas, há mais de 50 anos no Canadá democrata e igualitário.

2. O contexto do planejamento

O planejamento socioespacial é uma atividade pública e profissional consolidada no Canadá³. Isso vem das lutas políticas que resultaram na estruturação do estado do bem-estar social, assim como em outros países industrializados e ricos. A participação dos grupos regionais e locais na formação dos valores criou uma estrutura institucional, com relativo poder de controle sobre valores de uso coletivo (transporte, energia, água) para gerir esses bens, associados a valores para a sociedade⁴.

Diferentemente, no Brasil, o planejamento urbano e regional tem alto grau de disfuncionalidade, havendo uma distância entre o plano e a atividade executiva concreta. Apenas uma parcela do espaço urbano é constituída com respeito à legislação urbanística e

³ A importância da atividade de licenciar, registrar e monitorar o uso e a ocupação do solo pela atividade humana urbana e rural é prática corrente nos países desenvolvidos, em toda a Europa, Japão, EUA e Canadá. Como formação acadêmica, nesses países, essa profissão exige um curso especial de formação profissional, que pode ser feito somente após a conclusão de uma Graduação. É uma atividade prestigiosa especialmente entre sociólogos, geógrafos e economistas. (Entrevista com Érika de Castro, CHSUBC).

⁴ Segundo Tyler, o planejamento e o gerenciamento urbano e ambiental no Canadá desenvolveram-se nos últimos 20 anos em três teorias ou estruturas de pensamento: a espacial temática, a regulação baseada na atividade e, mais recentemente, a do ecossistema. Essas teorias podem ser resumidas, num primeiro momento, na importância do controle geográfico e a verificação da compatibilidade ou incompatibilidade entre os tipos de uso do solo e do entendimento do ambiente urbano com parte da infra-estrutura. Num segundo momento, e até em decorrência do sucesso do primeiro, de uma visão mais ampla, prevalece a implementação da regulação, já que o ambiente urbano na política pública precisava de mecanismos de gerenciamento. Mais recentemente, no início dos anos 90 do

século XX, a visão ecossistêmica que, popularmente, poderia ser explicada como “todos e cada estão conectados a todos”.

recebe os serviços públicos. Grande parte da atividade humana (trabalho, habitação, acesso a serviços) é ilegal, irregular, clandestina ou, simplesmente, negada ao cidadão sem poder de compra.

A análise das condições de moradia canadenses mostra sinais de vulnerabilidade dentro de uma ainda forte e saudável sociedade. O Canadá tem experiências importantes na gestão metropolitana pela equidade social e proteção ambiental, como em Toronto e Quebec, além de Vancouver. A concretização da sustentabilidade está, atualmente, associada a três grandes categorias de iniciativas:

mudanças no estilo de vida, o ambiente construído e práticas industriais. Hoje, amplia-se a responsabilidade individual, seja pelo neoliberalismo mais presente, seja porque, nas décadas passadas, o controle sobre as corporações se consolidou. Mas, especialmente em relação ao ambiente construído, a questão é o que é possível fazer como indivíduo e o que só tem resultado coletivamente, em larga escala.(TYLER, 2000).

3. A área: região metropolitana de Vancouver, no estuário do Rio Fraser

A Greater Vancouver é formada por 20 municipalidades e tem 2,4 milhões de habitantes (2000). Vancouver, Burnaby, Richmond, Surrey, North Vancouver, West Vancouver, New Vancouver e New Westminster, na Baía da Geórgia, uma das maiores do Oceano Pacífico, formam uma conurbação articulada por eixos viários (trem, barcos e avenidas expressas). Ao norte do centro comercial, encontram-se os reservatórios de água protegidos para abastecimento, fechados ao uso humano, nas montanhas, presença constante na paisagem da cidade. A sul e sudeste, espalham-se bairros, centros comerciais e subúrbios de média e baixa densidade populacional, já entremeados a áreas agrícolas, fábricas, depósitos e centros comerciais.

3.1. A água em Vancouver

Os terrenos que drenam para os reservatórios — as bacias hidrográficas de Coquitlan, Capilano e Seymour — somam mais de 58.000 hectares. O acesso ao público é proibido, a não ser nas visitas monitoradas, todos os sábados pela manhã, para até 40 pessoas.

As bacias hidrográficas dos reservatórios são compostas de

montanhas íngremes cobertas por florestas. Grande parte dos terrenos foi explorada para produção de madeira, o setor econômico mais importante da British Columbia, junto com mineração. Durante o Pós-Guerra, consolidou-se o valor de bem comum e a área foi sendo adquirida para o poder público, transformando-se em reservas e parques para preservação dos mananciais. Uma das principais razões é a declividade e os riscos naturais de desmoronamentos, em decorrência do acúmulo de neve. Além da bacia propriamente dita, o Canadá desenvolveu o valor de área verde, onde o território é ocupado, de forma permeável, para as áreas agrícolas, de lazer, entretenimento e para a biota (como o salmão, a travessia de animais, etc.). Ao mesmo tempo, procura, hoje, conter a expansão do subúrbio de classe média (o apelo do modelo norte-americano é também forte), com baixa densidade populacional, mas baixa permeabilidade do solo, decorrente do uso do carro e das áreas construídas para piscinas, churrascos e áreas para esporte para uso dos compradores dos empreendimentos (*developments*).

A bacia hidrográfica do reservatório Capilano, que visitamos, é praticamente, todas elas propriedade do GVRD, órgão público. Nela, estão incrustados dois locais turísticos privados: a ponte suspensa e parque Capilano, e o Mountain Grove, local para prática de *ski*, teleférico, restaurantes e alguns alojamentos.

4. A Gestão

4.1 GVRD - Greater Vancouver Regional District

O abastecimento de água de Vancouver é realizado pelo GVDR, órgão de gestão metropolitana. Em 1889, uma empresa privada iniciou o serviço de abastecimento da cidade madeireira e de mineração que era Vancouver — uma linha adutora de 16 quilômetros. Em 1924, o Governo Provincial cria o GVWD — Greater Vancouver Water District. Em 1971, agregando outras funções, é implantado o GVRD.

O órgão público presta serviços diversos⁵, como administração de parques (22 locais, somando 11.300 hectares), gerenciamento do crescimento regional, planejamento dos transportes, tratamento e suprimento de água, coleta e tratamento dos esgotos, disposição

⁵ Entrevista com Hugh J(ellas), Diretor do Departamento de Planejamento do Desenvolvimento Regional do GVRD.

de lixo, qualidade do ar, relações trabalhistas⁶ dos prestadores de serviços públicos e habitação social.

O GVRD tem cerca de mil empregados, com dois tipos principais de vínculo. Os empregados isentos (gerentes, engenheiros) e os sindicalizados (de sindicatos internos e de sindicatos externos). A maioria está vinculada ao sindicato, que define as condições de afastamento e rescisão. Há menos proteção para os empregados isentos.

O GVRD contrata diversos serviços na iniciativa privada, como a operação de equipamentos do sistema de resíduos sólidos, como incineradores e aterros, consultoria e projetos de engenharia e parte das obras. Recentemente, o GVRD tentou implantar um novo sistema de contrato com a iniciativa privada para construção e gerenciamento de filtros, mas houve muita resistência da opinião pública a esse modelo de terceirização, que não se efetivou.

Os recursos do GVRD vêm, principalmente, dos serviços prestados para as municipalidades.

O GVRD opera os reservatórios e os sistemas de tratamento de água, bem como coleta e tratamento de esgotos, em bases não lucrativas. A água é vendida pelo GVRD para os municípios.

O GVRD vende água tratada para os municípios, que a distribuem. Em GV, a água é cobrada pelo Município uma vez por ano, junto com o imposto predial territorial — cerca de 20 DCN por ano (46 reais). Algumas municipalidades, agora, começam a colocar hidrômetros. Estão construindo filtros e redes para tratamento secundário. Espera-se que, depois desses investimentos, passem a cobrar pelo consumo.

Em 1997, a área atendida pelo GVRD apresentava um alto consumo médio de água — 600 litros por habitante/dia. Todas as instalações domiciliares têm água quente, comodidade importante nos meses de inverno rigoroso. A maior parte dos bairros residenciais centrais de Vancouver, Richmond e Burnaby tem sistema de imitação nas calçadas arborizadas e nos jardins públicos. Mais recen-

⁶ GVRD tem um serviço de relações trabalhistas que presta para os municípios e, também, para os setores em que atua. Ele prepara descrição de serviços, mantém informações sobre salários de várias atividades e representa o empregador (os municípios e o próprio GVRD) em negociações com sindicatos. Isso tem resultado em bases salariais mais homogêneas por toda a região.

⁷ O GVRD também promove prestação de serviços técnicos por meio de convênios, inclusive internacionais, como com o Município de Salvador, no Brasil.

temente, iniciaram-se políticas e programas de educação para o uso racional da água.

O Plano *Creating our Future* foi elaborado sob a coordenação do GVRD, com participação popular⁸, em 1990. Ele foi atualizado e confirmado em 1993 e, recentemente, em 1996. As principais diretrizes do Plano são relativas à qualidade de vida e ao crescimento da área urbana.

Foi formulado um plano estratégico para atingir as metas, o *Liveble Region Strategic Plan*, que definiu como estratégias-chave:

“Proteger as áreas verdes: manter dois terços do território total com área verde (green space), protegendo as áreas de produção agrícola, parques, mananciais e áreas ecologicamente sensíveis;

- alcançar o adensamento, ou compactação da área metropolitana: reduzir o espraiamento dirigindo o crescimento populacional para as áreas urbanas já existentes;*

- construir comunidades completas: com foco nos centros locais das cidades, oferecendo à população maiores oportunidades para trabalhar, comprar e ter acesso a serviços mais perto dos lugares onde mora;*

- aumentar as escolhas de transporte: reduzir a dependência de circulação ao carro individual ocupado com um único passageiro, criando sistemas públicos mais eficientes e encorajando alternativas, como o uso coletivo de veículos (carpooling).”*

(GVRD, 1997: 1).

Essa postura procura concretizar a importância da qualidade de vida, a sustentabilidade social nas políticas de planejamento no Canadá e, particularmente na área visitada, nas diferentes escalas e níveis de governo. A governabilidade por consenso é uma peça importante da gestão metropolitana exercida pelo GVRD.

⁸ O Canadá constituiu seu processo político baseando-se em práticas democráticas participativas em todas as esferas e setores do Governo. Na British Columbia, é perceptível a consciência política e o relativo engajamento nas questões públicas nacionais, locais e, também, mundiais. A gestão pública tem estabilidade e garante a continuidade dos processos de representação e organização. Entretanto a pesquisa não versou sobre os instrumentos de participação na gestão metropolitana.

4.2. BIEAP e FREMP

Esses programas (BIEAP — *Burrard Inlet Environmental Action Program* e FREMP — *Fraser River Estuary Management Program*) têm objetivos e metodologias semelhantes, atuando em áreas territorialmente distintas. O FREMP foi criado em 1985, com a participação do Governo Federal, do Governo Estadual, da Autoridade Portuária dos oito municípios banhados pelo rio e do GVRD. Desses participantes, apenas os municípios não contribuem financeiramente para o Programa. Seu território de ação, 19000 hectares, corresponde aos terrenos demarcados pela maré alta no estuário. O BIEAP foi criado em 1991, com a participação do Governo Federal, do Governo Estadual, da Autoridade Portuária dos oito municípios banhados pelo rio e do GVRD, com objetivos semelhantes aos do FREMP, mas com atuação em outra área geográfica, o Burrard Inlet, que banha os terrenos a norte do rio Fraser, inclusive a área central de Vancouver. Engloba 11.300 hectares, com 190 quilômetros de costa.

Essas regiões são extremamente sensíveis à existência de contaminantes e ao lançamento de efluentes e de poluição difusa, especialmente durante as chuvas. Além da região ocupada pela cidade, há mais de um século, devido à extensão da entrada das águas no Continente, os programas envolvem áreas com relativo grau de preservação ambiental.

O objetivo dos programas é “encorajar atividades humanas e desenvolvimento econômico que proteja e apóie a qualidade do estuário com Justiça, Equidade, e Responsabilidade”. Na prática, esses princípios se traduzem em promover e empregar decisões baseadas em consenso, promover acesso equitativo ao estuário, estabelecer e manter uma gerência com processo informatizado acessível, desenvolvendo-se parcerias ativas com a sociedade no gerenciamento.

O controle administrativo dessa forma de gestão para o interesse público é concretizado por duas ações institucionais. O GVRD assume a execução de um grande “Plano de gerenciamento dos efluentes líquidos da Grande Vancouver”. De outro lado, cada licença aprovada, com as medidas de compensação e mitigação, é registrada no Registro Público existente no sistema de geoprocessamento dos programas BIEPIFREMP. Tem-se, assim, um sistema inovador e funcional de recuperação da orla interior daquele trecho da Baía Geórgia.

Há uma “sintonia fina” entre as ações dos programas e o Plano *Creating our Future*, elaborado sob a coordenação do GVRD e base do chamado Plano Estratégico - *Liveble Region Strategic Plan*. Os técnicos entrevistados citam as principais diretrizes da escala metropolitana como norteadoras de sua ação específica nos programas.

O monitoramento é o principal instrumento de responsabilidade dos programas, bem como a publicidade dos resultados, mediante *reports* periódicos⁹ e apresentados em reuniões nas sub-bacias.

O instrumento de licenciamento de atividades econômicas no porto tem como contrapartida ações concretas de compensação ambiental — obras para recreação humana e recuperação de ecossistemas.

4.3. A gestão por bacia hidrográfica na British Columbia: o Fraser River Council

O Fraser River Council é um conselho de interesse público, com a participação da sociedade civil, para gerenciar e garantir a sustentabilidade da bacia do Rio Fraser. As cabeceiras abrigam grandes atividades de mineração, nas montanhas quase desabitadas. Nas cabeceiras vizinhas, há grandes hidrelétricas (Rio Columbia) e, também, mineradoras. A bacia tem sido um berçário para o salmão desovar, na primavera, rio acima. No estuário do Rio Fraser, na Baía de Geórgia (Extremo Atlântico Norte), encontra-se Vancouver e seu aglomerado, com 2,4 dos 3,5 milhões de habitantes de toda a Província.

A partir do final dos anos 80, do século passado, diversos níveis de governabilidade, especialmente o estadual e o regional, acordaram formas de relacionamento pela explicitação de interesses coletivos, gerais, de longo prazo, pela constituição de padrões de vida e conforto. São muito importantes e valiosos os resultados do processo de participação¹⁰. A idéia de que o que acontece na bacia

⁹ Ver FREMP Report, 2001.

¹⁰ David Marshal, Diretor Executivo do Fraser Basin Council - FBC conta, como definição de defesa do interesse coletivo, que a ALCAN Aluminium, há 50 anos construiu uma enorme reversão de água do Rio Fraser para produção de energia na bacia vizinha de Nacheke River. Há doze anos a empresa solicitou um aumento da reversão, mas o FBC negou, assim como todos os outros licenciadores. Ele comenta que “*they* (as multinacionais) *learned the hard way*”.

hidrográfica diz respeito a todos está subjacente. Essa ligação dos processos regionais, da atividade humana e da biota, no caso do FBC, apresenta-se reforçada pela participação dos povos indígenas (*first nations*) na gestão. O FBC trabalha em processo de consenso. Para isso, quando necessário, criam-se comitês especiais. As discussões para o consenso são tiradas a partir das seguintes questões: “Por que se quer fazer isso? Essa é a solução mais positiva? Há alternativas para meios da vida humana? Essa decisão imprime respeitabilidade ao FBC?”. Partem do princípio de que “moramos juntos na bacia hidrográfica. Assim somos interdependentes”.

Em 1992, foi criado o FBC, com um braço operacional multiinstitucional. Os recursos financeiros são providos pelos diferentes níveis governamentais em 60%: sete ministérios aportam 20%; a província aporta mais 20%; o nível local entra com mais 20%, especialmente por meio das taxações sobre o uso da água e uso da beira-mar. Os 40% restantes vêm de doações e prestações de serviços”. São, ao todo, 18 conselheiros com representação regional, sendo um o indicado pelas oito nações indígenas. Fazem um encontro três vezes por ano. O FBC tem 18 funcionários, entre técnicos e apoio operacional.

4. 4. A gestão agrícola: ALR - *Agricultural Land Reserve*

A legislação estadual ou provincial, em 1972, implantou reservas fundiárias para agricultura², em terrenos públicos (50%) e privados. Nessas terras, pela separação formal e prática de proprietário da terra rural e produtor rural, fica proibido o parcelamento abaixo de 8 hectares³ e a densidade habitacional e condições de produção são controladas. Não se permite, por exemplo, a implantação de qualquer edificação no meio da área, pois dificultaria a produção rural, mas somente perto das divisas e próximas a aces-

¹¹ Em 2002, por exemplo, o FBC desenvolveu estudos sobre a gestão da água para as Filipinas.

¹² No escritório da *Land Reserve Comission*, encontram-se um arquivo tradicional e um em GIS de todas as solicitações de mudança de uso e pedidos de parcelamento dos terrenos nas reservas, aprovadas ou não. São arquivos muito utilizados, também, para estudos acadêmicos, pois contêm dados populacionais e de atividade econômica.

¹³ Para ser ter idéia do tamanho da propriedade, o módulo rural no Estado de São Paulo é de 2 hectares, ou 20.000 metros quadrados.

sos. São permitidos outros usos, como até dez leitos para hotel de recreação.

Essas áreas são importantes, também, por constituírem um cinturão verde para conforto entre as atividades humanas vizinhas, na periferia das grandes cidades mediante a definição de faixas de proteção florestal e permeabilidade. São, também, definidas regras para ruído, odor, horário de operação da atividade agrícola, para se alcançar maior produtividade e lucratividade.

As ALR representam apenas 5% das terras agriculturáveis da British Columbia. Nesses terrenos, o imposto fundiário é calculado segundo o valor da colheita.

5. Considerações finais

5.1. A coerência das diretrizes e integração entre níveis de governo.

Foram visitadas prefeituras municipais da região metropolitana, o órgão de gestão metropolitana e, também, órgãos estaduais. Nas entrevistas, fica evidente que há um plano com diretrizes claras, na escala regional, que orienta, também, a ação local e estadual. Nas entrevistas, foram repetidas as diretrizes de estímulo à participação da sociedade, coletiva ou individualmente, na gestão, ao adensamento da área central da Greater Vancouver, ao transporte coletivo intermunicipal, ao aprimoramento do conforto nos espaços de uso público, sobretudo para pedestres, ciclistas, idosos, crianças e portadores de deficiência (certamente um estímulo ao turismo de negócios e internacional) e à valorização da produção agrícola na região. A ação do Governo local tem-se tornado mais coerente com as preocupações de caráter socioambiental no meio urbano.

5.2. A prática da gestão democrática

O estilo político e cultural canadense privilegiou historicamente a interação da população compondo-se em grupos sociais para definição do interesse público. A vontade política e a criatividade são lastreadas por uma equipe de funcionários, que são militantes da causa pública. A educação como política pública tem grande qualidade ética e estética, que possibilitou a capacitação dos moradores para a participação.

Quando se percorre Vancouver, em terrenos vagos ou edificações vazias, onde há programação de empreendimentos, pode-se encontrar placas que informam se alguma obra está sendo proposta, seja ela pública ou da iniciativa privada.

A disponibilização da informação sobre projetos de arquitetura e urbanismo em análise na Prefeitura de Vancouver demonstra a introjeção do processo participativo na gestão urbana. Por intermédio da placa, o cidadão (seja ele um indivíduo, liderança ou diti-gente de entidade) tem acesso a uma descrição resumida da obra proposta, ao nome e ao telefone do funcionário do setor da Prefeitura responsável pela análise e negociação com o empreendedor. O importante é que essas informações estão na rua antes da aprovação final do projeto. Portanto não se trata apenas de informar à população, o que o Poder Público licenciou em seu nome, mas deixar aberta a possibilidade de os moradores influenciarem na decisão.

Nos grandes projetos de renovação urbana de antigas áreas industriais, hoje em locais valorizados à beira-mar, a Prefeitura de Vancouver desenvolve negociações transparentes e acompanhadas publicamente. O conceito de “comunidade completa” presente no Plano Estratégico da GV (*Liveble Region Strategic Plan*) é, também, implementado pelo planejamento de Vancouver, que aprova os grandes projetos, exigindo que sejam mesclados diferentes tipos de grupos familiares por tipos de unidades habitacionais (para famílias com crianças, idosos, solteiros, etc.), com mistura de rendas, áreas de compra e serviços próximas, áreas para crianças e parques de lazer e esportes. E, também, exigido que 20% das unidades sejam reservados para programas de habitação social, com características estéticas semelhantes, financiadas pelo fundos públicos.

Os parques e equipamentos exigidos ao empreendedor como contrapartida ao licenciamento são construídos pelo empreendedor e doados à Prefeitura. A máquina estatal não recebe recursos financeiros diretamente pela outorga onerosa cobrada.¹⁴

5.3 Morar em Vancouver, América do Norte

O Canadá apresenta um componente importante no processo e na forma urbana, pela existência de *co-ops*. Nessa forma de provisão habitacional, trabalhadores de qualquer categoria podem se organizar e propor a construção de um conjunto habitacional, a maiona de três a quatro pavimentos.

¹⁴ Essa característica pode ser uma e,pliação para o ambiente de interesse público profissional, menos sujeito à corrupção, em comparação à saga latino-americana na área pública.

Há conjuntos nas áreas centrais e nos subúrbios servidos por um bom sistema de trens, barcos e ônibus.

Apesar de não se construir uma nova *co-op* há dez anos no Canadá, nos Estados Unidos, 46% dos habitantes moram nos subúrbios, enquanto 33% no Canadá (BUTING e FILION, 2000). Mercer & England, 2000: 62.

“Apesar da mesma forma de posse da moradia — propriedade — ser dominante nos dois países, a forma de morar é bastante diferente. O menor número de unidades em lote un-familiar no Canadá é resultado da existência de uma ocupação menos dispersa e mais compacta nas cidades canadenses. Isso sugere resultar de melhores resultados de sistemas de planejamento e de regulação a nível local que são historicamente mais efetivos”.

Segundo Verna Semotuk, planejadora do *Regional Development of Policy and Planning Department* do GVRD, desde 1993, verifica-se um corte de recursos para Habitação de Interesse Social — HIS no Canadá, no nível federal, quando havia 645 mil unidades com apoio estatal. A partir de 1997, os recursos estaduais foram cortados em 90%, enquanto as necessidades

15

habitacionais aumentaram, em decorrência da pobreza

Segundo pesquisas recentes, há cerca de 60.000 domicílios com risco de se tomarem sem teto na GV — pessoas doentes que ficam hospitalizadas muitos dias, meses e, depois, não têm como pagar o aluguel; famílias de divorciados em que mãe e filhos ficam sem casas; famílias que se separam por causa de violência doméstica; adictos e viciados em drogas.

Um fator importante que toma mais complexa a situação é o crescimento do número de condomínios luxuosos e para classe média nos interstícios das maiores cidades. Esses empreendimentos são feitos em quadras demolidas de locais baratos, com muitas unidades de aluguel, em decadência, expulsando os moradores antigos. Em Vancouver, estão acontecendo diversos projetos para moradores de renda mais elevada em terrenos à beira-mar no centro, que, pelo menos desde os anos 50, do século XX eram áreas portuárias e industriais. Ocorre, também, um declínio ou uma paralisia do setor de habitação social que não atende os descendentes dos índios, os sem teto, os moradores de rua, e os que vivem em abrigos, que estão crescendo. Isso vai tomar as cidades canadenses mais semelhantes às americanas.

¹⁵ Habitat debate, ONU, December, 2001.

6. Referências Bibliográficas

- BIEP, *Consolidated Environmental Management Plan for Burrard Inlet*, January 2002
- BIEP-FREMP, *Annual Report, 2000/2001*
- BUENO, Laura Machado de Mello; MACHADO, Maria Helena E; SILVA
- FILHO, Nelson Marques. *Limites e possibilidades da gestão compartilhada de interesses comuns*. In FONSECA, R.E, DAVANZO, A.; NEGREIROS, R. *Livro verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp, 2002.
- BUNTING, Trudi; FILION, Pierre (Orgs.). *Canadian Cities in Transition*, Ontario: Oxford University Press, 2000.
- DORCEY, A. H. J.; GRIGGS, J. R. *Perspectives on Sustainable Development in Water Management: Towards Agreement in the Fraser River Basin*. Vancouver: Westwater editions, UBC, 1991.
- FBC — Fraser River Council, *Sustainability Indicators for the Fraser Basin — Consultation Report*. Vancouver: September, 2001, FBC.
- FONSECA, R.E; DAVANZO, A.; NEGREIROS, R. *Livro verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp, 2002
- FREMP Report— *Monitoring the Estuary Management Plan*, 2001.
- FREMP, *A Living Working River*— Plano de manejo para o Rio Fraser. nov., 1997.
- GVRD — *Greater Vancouver Regional District Greater Vancouver~ the Livable Region: Strategic Plan*, Vancouver, 1997.
- Habitat debate, *Case Study by Farha and Goba*, ONU, December, v. 7 n. 4, 2001.
- MERCER & ENGLAND, 2000. In BUNTING, Trudi; FILION, Pierre (Orgs.). *Canadian Cities in Transition*. Ontario: Oxford University Press, 2000.
- OKE, Timothy; WYNN, Graeme. *Vancouver and Its Region*. Vancouver: UBC Press, 1992.
- TYLER, 2000. In BUNTING, Trudi; FILION, Pierre (Orgs.). *Canadian Cities in Transition*. Ontario: Oxford University Press, 2000.